

Nossos desafios frente à Conferência de Políticas para Mulheres

Anunciada para os dias 17, 18 e 19 de junho, a Conferência de Políticas para Mulheres (já divulgada no último *Articulando* de 2003), configura-se para os movimentos de mulheres brasileiros como o espaço mais importante de disputas de políticas, neste ano.

No contexto dos debates entre governo e sociedade civil que vão ocorrer nos âmbitos municipais, estaduais e nacional estarão em disputa distintas proposições de diretrizes para o *Plano Nacional de Políticas para Mulheres*, deste atual governo. E os direitos das mulheres estarão em questão.

A considerar o que se viu nas conferências nacionais do ano passado, o conflito de interesses e o confronto de perspectivas serão acirrados, devendo mobilizar religiosos/as conservadores e progressistas, movimentos populares e sociais de diferentes orientações políticas, além de técnicos/as de variados setores.

Regimento

Levando em conta que o regimento não prevê delegadas nacionais, a ação estadual das feministas brasileiras será fundamental para garantir uma perspectiva feminista no debate e nas proposições. Nas conferências estaduais serão eleitas as delegadas que estarão na Conferência Nacional, em número total de 970 da sociedade civil, 487 de governos municipais e 173 de governos estaduais. Um detalhe importante: as conferências estaduais, que devem ocorrer entre 5 de abril e 16 de maio deste ano (precedidas ou não das conferências municipais) são a única forma de credenciamento para a Conferência Nacional.

O momento atual, entretanto, ainda é de preparação. Muitos fóruns e articulações já iniciam reuniões para definir suas políticas frente ao processo da Conferência e buscam se informar sobre as iniciativas do Executivo e dos conselhos de direitos das mulheres no que diz respeito à formação das comissões organizadoras. O debate dos regimentos é um aspecto crucial para a democratização do processo, e deverá ser o primeiro campo das disputas no plano local.

Para saber mais sobre o regimento da Conferência Nacional, consulte: <http://www.planalto.gov.br/spmulheres/>. Para solicitar o documento, entre em contato com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres pelos telefones (61) 2104 9372 e 21049361 ou pelo fax (61) 21049355 (procurar Jurema Chagas ou Dirce Grösz). E-mail: conferenciamulheres@spmulheres.gov.br.

I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: Políticas para as Mulheres – um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero, Brasília 17 a 19/6/2004.

Mulheres e o Nobel da Paz

Mil mulheres indicadas ao Nobel da Paz, em 2005. Esta é a meta de um projeto lançado em 14 regiões do mundo, com o objetivo de dar visibilidade às mulheres e às suas lutas por justiça, pela proteção aos direitos humanos, incluindo os direitos das mulheres, e as lutas contra toda forma de discriminação.

Com uma concepção abrangente sobre o que é a paz, o projeto pretende ampliar a visão sobre todas as ações das mulheres contra a violência estrutural e também vai considerar as mulheres envolvidas na formulação de estruturas econômicas mais justas e na manutenção de um meio ambiente sadio.

Ação política

Trata-se de uma ação política que pretende valorizar as mulheres e seus esforços pela paz em diversas áreas, assinala Betânia Ávila, uma das feministas da comissão de apoio à coordenadora da iniciativa no âmbito do Brasil, Clara Charf. Clara é uma das 14 mulheres que estão utilizando suas redes de comunicação internacionais para divulgar esta ação que irá difundir através de textos, biografias, filmes e vários outros meios, as soluções criativas encontradas pelas mulheres para a resolução de conflitos.

As indicações de brasileiras ao Nobel da Paz devem ser feitas até 30 de abril próximo, em formulário específico (veja seção CONtextos).

Mais informações pelo telefone (11) 33373109 ou pelo e-mail claramulheres@rnaves.com.br.

Feministas se articulam na Índia

Com cerca de 180 mulheres, representantes de redes feministas de diversos países, entre as quais a AMB, aconteceu em Mumbai, na Índia, a segunda reunião feminista internacional (Diálogo Feminista). O evento deu continuidade ao Encontro de Redes Feministas que se integraram à Campanha contra os Fundamentalismos, realizado em Porto Alegre, às vésperas do III Fórum Social Mundial.

Esta reunião foi promovida por iniciativa da Articulação Feminista Marcosur, Rede Dawn-Sea (Filipinas), FEMNET (África), INFORM (Sri Lanka), Isis Internacional (Filipinas), WICEJ (Women's International Coalition for Economic Justice / Nova York) e NNAWG (National Network of Autonomous Women's Groups / Índia).

Este ano, a reunião incorporou novas redes e cresceu em importância como espaço de articulação do feminismo global. Um marco do encontro realizado em Mumbai foi o esforço de revisão política dos referenciais dos diversos feminismos. Na continuidade, torna-se necessário aprofundar conceitos levando em conta as diferenças culturais e políticas entre as feministas.

Entre as brasileiras, participaram da II Reunião: Nilza Iraci, Jurema Werneck, Sonia Corrêa, Maria Lúcia, Guacira César de Oliveira, Carla Batista, Kátia Guimarães, Solange Rocha, Marlene Libardoni e Angela Collet.

Ação Feminista no FSM 2004

Visões e alternativas feministas foram divulgadas no Fórum Social Mundial 2004, na Índia. Entre os eventos a destacar, os painéis: Mulheres e Globalização; Guerra contra as Mulheres, Mulheres contra as guerras; Diálogo entre Movimentos; Corpos Políticos – novas lutas emancipatórias/libertárias que fortalecem uma democracia radical; e o seminário Sexualidade, Nacionalismo e Fundamentalismo.

A AMB estará divulgando, nos próximos dias, as notas conceituais, textos dos painéis e seminários, além dos boletins da Articulação Feminista Marcosur sobre a participação das mulheres nos IV FSM.

Movimentos sociais contra a ALCA

Mais de mil delegadas/os de 32 países participaram do III Encontro Hemisférico de Luta contra a Alca, realizado em Havana, Cuba, de 26 a 29 de janeiro passado.

O objetivo central do Encontro foi articular ações conjuntas no contexto da Campanha Continental contra a implementação dessa área de livre comércio. Entre outros assuntos, os painéis apresentaram o estado atual das negociações da Alca, os acordos bilaterais de livre comércio e a relação entre livre comércio e desenvolvimento. (Veja a seção CONtextos).

Encontro Feminista

Será realizado no México, de 24 a 28 de novembro deste ano, o **VI Encontro Lésbico Feminista Latino-Americano e do Caribe**.

Através de circular eletrônica, o comitê organizador informa que está acolhendo todas as mulheres lésbicas feministas latinas e caribenhas que desejem se integrar às comissões já formadas nas áreas de: difusão, temática conceitual, página Web, inscrições, finanças, logística, cultura, resgate histórico dos encontros e tradução.

O site do VI Encontro está em construção, mas já é possível encontrar a convocatória para o evento em português, espanhol, francês e inglês, além da lista de integrantes do comitê organizador e outros assuntos de interesse.

Mais informações:

difusion@viencuentrolesbicofeminista.org e
www.viencuentrolesbicofeminista.org.

CONtextos

Anexamos neste número a Declaração Final do III Encontro Hemisférico de Luta contra a Alca (nota nesta edição).

Um segundo arquivo registra as manifestações de feministas ligadas à AMB frente ao pensamento controlista no âmbito do planejamento familiar. O arquivo resgata um pouco do debate ocorrido ao longo do mês de janeiro, após declaração da ex-ministra Emília Fernandes ao jornal Folha de São Paulo.

O terceiro arquivo anexo traz o formulário para indicação de mulheres brasileiras ao Nobel da Paz 2005, uma iniciativa que pretende ampliar a visibilidade das ações das mulheres em diversos campos e áreas de conflitos.

ESPECIAL - O que você espera da nova ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres ? Esta foi a pergunta que fizemos a feministas, logo após a posse da ministra Nilcéia Freire, dia 27 de janeiro, substituindo Emília Fernandes na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Lula.

Jurema Werneck, secretária executiva da Articulação Nacional de Mulheres Negras, espera que a ministra trabalhe numa interlocução permanente com os movimentos de mulheres. Que defina uma clara linha de ação, para que os movimentos possam monitorar e contribuir com avaliações e críticas. No campo das políticas, Jurema aguarda a definição de políticas para a melhoria das condições de vida das mulheres negras. Também espera que a ministra compreenda as desigualdades que agem em conjunto com as desigualdades de gênero – as de raça, de orientação sexual, de situação sócio-econômica, as diferenças regionais etc - e que incorpore tal compreensão às políticas públicas.

Jurema tem ainda a expectativa de que a ministra recuse a visão eugenista e neo-malthusiana de vincular as ações de assistência ao controle da natalidade e que reconheça a importância do tema do aborto para as feministas negras e todas as demais. E, por fim, espera que a ministra reconheça a necessidade de corresponder também à agenda internacional de forma qualificada e comprometida.

Na **secretaria executiva da AMB**, a expectativa das secretárias Silvia Camurça e Carla Batista é que a gestão da nova ministra valorize a interlocução com os sujeitos políticos do feminismo brasileiro e que considere sempre o acúmulo que o movimento tem ao formular as ações da Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres.

As secretárias da AMB esperam ainda que a ministra Nilcéia Freire tenha o CNDM como um espaço de diálogo com a sociedade civil. Além disso, esperam que a nova ministra se engaje para o efetivo cumprimento - por parte do governo brasileiro - dos compromissos firmados nos acordos, tratados e conferências internacionais nos quais os direitos das mulheres estão em pauta, particularmente no âmbito dos direitos reprodutivos, em função dos últimos acontecimentos.

Na opinião de **Fátima Oliveira**, secretária executiva da Rede Nacional Feminista de Saúde, a ministra Nilcéia Freire já demonstrou compromissos com as mudanças culturais, vide o seu empenho na implantação das cotas para afro-descendentes na UERJ. Para Fátima, o maior capital político da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres é a perspectiva de enfrentamento de padrões culturais retrógrados, machistas e opressores. "Cabe a quem a dirige ser receptiva para entender a experiência acumulada, filosófica e política; auscultar e respeitar as mulheres em luta", diz Fátima.

Considerando que a ministra é uma experiente gestora pública, Fátima acredita que com tais credenciais ela poderá manejar bem o patrimônio da luta feminista brasileira, que é expressivo: vai desde a elaboração do que é considerada a melhor proposta de atenção à saúde da mulher no mundo: o PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher – às Delegacias de Mulheres (uma invenção brasileira).

Fátima deseja que a ministra tenha determinação política para entender e materializar em políticas públicas as necessidades e anseios das brasileiras, legitimamente inscritos na Plataforma Política Feminista.

Para a conselheira da AMB no CNDM, **Schuma Schumacher**, a principal expectativa é que a Ministra Nilcéia Freire reconheça a força dos movimentos de mulheres (muitos deles organizados através de redes ou articulações nacionais) e compreenda o importante papel que esses movimentos têm desempenhado ao longo da história.

Schuma espera também que a ministra seja uma grande articuladora, capaz de influenciar as instâncias governamentais na implementação de políticas públicas que contemplem a perspectiva de gênero, anti-racista e anti-homofóbica, pautada pela agenda feminista, devidamente explicitada na Plataforma Política Feminista.

